



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

AULA 1: O ÁRABE E SUA IDENTIDADE PRÓPRIA

Palestrante: **PROF. DR. JOSÉ ARBEX JR.**

Texto para Estudo: REFLEXÕES SOBRE O NACIONALISMO ÁRABE*

JOSÉ ARBEX JR.

Resumo: Para alguns estudiosos e intelectuais, o nacionalismo árabe foi ou é uma resposta necessária dos povos árabes face aos desafios postos pela modernidade pós-colonial. Para outros, o nacionalismo árabe é uma espécie de anacronismo, ou por tentar adaptar o conceito europeu de “nacionalismo” a uma realidade cultural estranha à formação do Estado-nação, ou porque a designação “árabe” esconderia, sob o manto de um suposto mundo homogêneo, imensas diversidades culturais. Já eruditos islâmicos identificam no nacionalismo árabe uma tentativa de atacar o Islã como o fundamento da união entre todos os povos (a Umma). Não pretendemos, aqui, esgotar o debate, mas sim formulá-lo de modo adequado.

Palavras-chave: nacionalismo árabe; Gamal Abdel Nasser; Abu Khaldun Sati Al-Husri; Michel Aflaq; Baas.

Abstract: For some scholars and intellectuals, the Arab nationalism was or still is a necessary answer of the Arab peoples in face of the challenges put by the post-colonial modernity. For others, the Arab nationalism is a sort of anachronism, either because it tries to adapt the European concept of "nationalism" to cultures which history is strange to the process of formation of the nation-State, or because the "Arab" designation would hide, under the mantle of a supposed homogeneous world, immense cultural diversities. Finally, Islamic scholars identify in the Arab nationalism an attempt of attacking the Islam itself as the basis upon which must be built the union between all the peoples (the Umma). We do not intend to exhaust, here, the debate, but, rather, to formulate it in appropriate way.

Key words: Arabic nationalism; Gamal Abdel Nasser; Abu Khaldun Sati Al-Husri; Michel Aflaq; Baas.

“Tudo o que nos foi roubado por aquela empresa imperialista, por aquele Estado dentro do Estado, enquanto morríamos de fome, nós vamos reaver... O governo decidiu sobre a seguinte lei: um decreto presidencial que nacionaliza a Companhia Internacional do Canal de Suez. Em nome da nação, o presidente da república declara que a Companhia Internacional do Canal de

* Artigo publicado em *Tiraz, revista de estudos árabes e das culturas do Oriente Médio*, n. 4, ano IV, 2007, pp. 22-47, gentilmente cedido pelos editores.



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

Suez é uma companhia limitada egípcia.”¹ A nacionalização, anunciada pelo então presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, em 26 de julho de 1956, durante um comício realizado na praça Manshiyya, em Alexandria, levou ao delírio uma multidão calculada em algumas dezenas de milhares de pessoas.

Com Nasser, o moderno nacionalismo árabe encontrava o seu momento histórico mais brilhante: um líder carismático, símbolo da luta contra o imperialismo britânico, finalmente demonstrava a possibilidade de os povos árabes recuperarem sua dignidade e auto-estima no cenário internacional. A vitória obtida na Guerra do Suez, em novembro de 1956, contra as forças combinadas da Inglaterra, França e Israel – resultado que provocou a renúncia, em janeiro de 1957, de Anthony Eden, o então arrogante primeiro-ministro britânico – criou a sensação, entre milhões de árabes de todo o Oriente Médio, de que a mensagem pan-arabista preconizada por Nasser era o caminho indiscutível rumo à recuperação da glória que um dia os povos árabes conheceram, no auge da expansão Islâmica.

A vitória egípcia estimulou manifestações em todos os países árabes cujos governos eram abertamente identificados com as potências imperialistas, especialmente no Iraque do primeiro-ministro Nuri al-Said, visto pela população como um vassalo de Londres. Said foi um dos arquitetos do Pacto de Bagdá, aliança militar formada em 1955, que colocava o Irã, a Turquia, o Paquistão e o próprio Iraque sob a tutela estratégica da Grã-Bretanha e era um guardião dos interesses das companhias petrolíferas no país.² Como resultado das mobilizações populares, caíram Said e a monarquia iraquiana, em julho de 1958. Também como resultado da campanha de Suez, e por impulso de correntes nacionalistas sírias, principalmente organizadas pelo Partido Baas, foi criada, em 22 de fevereiro de 1958, a República Árabe Unida (RAU), que, integrando Egito e Síria, com capital no Cairo, era destinada a ser o embrião do primeiro Estado pan-árabe. O prestígio de Nasser atingia o seu ponto máximo. Sob sua liderança, os povos árabes reencontrariam a sua identidade e a sua glória.

¹ Discurso de nacionalização da Companhia Internacional do Canal de Suez pelo presidente Gamal Abdel Nasser, 26.07.1956, citado em Alexander, 2006.

² O Pacto de Bagdá, importante no contexto da Guerra Fria travada entre os blocos soviético e capitalista, tinha como objetivo estratégico combater eventuais influências de Moscou na região. Também procurava evitar situações como a criada, entre 1951 e 1953, pelo então primeiro-ministro nacionalista iraniano Mohamed Mossadegh, que ousou nacionalizar as empresas estrangeiras que exploravam o petróleo em seu país. Mossadegh foi deposto por um golpe articulado pela CIA, em 19 de agosto de 1953.



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

Apesar de sua aparente força e exuberância, o sonho nacionalista pan-árabe simbolizado por Nasser durou pouco. Em 28 de setembro de 1961, a RAU foi dissolvida, após um golpe de Estado desfechado na Síria, sob o impacto de contradições e disputas entre os interesses dos grupos sírios e egípcios que controlavam as várias esferas do poder político e econômico.³ E o mais severo golpe contra o nacionalismo árabe em geral, e o nasserismo, em particular, aconteceria quase que exatos onze anos após o triunfal comício na Alexandria: a Guerra dos Seis Dias contra Israel (entre 5 e 10 de junho de 1967), cujos resultados militares são bem conhecidos.

Para muitos estudiosos, intelectuais, arabistas, orientalistas e mesmo antigos apoiadores de Nasser, a acachapante derrota imposta por Israel (com o total amparo dos Estados Unidos) contra os exércitos combinados do Egito, da Síria e da Jordânia colocou uma pá de cal no nacionalismo árabe, do qual só restariam, hoje, remanescentes e saudosistas. Sua impossibilidade prática, precisamente, teria aberto o caminho para o fundamentalismo islâmico contemporâneo, única possibilidade de se atingir algum grau de união entre segmentos de povos árabes distintos.

Alguns sugerem que o nacionalismo árabe nunca passou de uma espécie de delírio, pois a designação genérica “árabe” esconderia, sob o manto de um suposto mundo homogêneo e comum, grandes diversidades culturais e interesses econômicos díspares. O pan-arabismo, como o pan-africanismo, só teria existido, como força ideológica capaz de mobilizar, no contexto histórico bem preciso da Guerra Fria e do surgimento de um movimento internacional anti-imperialista que teve o seu auge entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o final dos anos 60, com o processo de descolonização do Oriente Médio, da Ásia e da África. Nasser teria sido muito mais um resultado do período histórico mundial do que de uma dinâmica própria da história dos povos árabes.

Outros acreditam que a própria idéia de “nacionalismo árabe” constitui uma espécie de anacronismo, por tentar adaptar um conceito especificamente europeu ocidental a uma realidade cultural e política multimilenar estranha à formação do Estado-nação, imposto aos povos do Oriente Médio por potências ocupantes.⁴ Já correntes islâmicas identificam no nacionalismo

³ Formalmente, o Egito manteve o nome RAU, até a morte de Nasser, em 1971. O nome foi depois alterado para República Árabe do Egito.

⁴ Crítica semelhante é endereçada aos defensores da restauração de nações formadas pelos povos originários das Américas, como os Incas, os Maias e os Astecas, tema que voltou a ocupar o imaginário político internacional com a vitória do *cocalero* Evo Morales, na Bolívia (o primeiro índio eleito à presidência do país, em dezembro de 2005), com a prolongada revolta zapatista, no sul do México e com o movimento bolivariano liderado pelo



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

árabe uma tentativa vã e absurda de atacar o próprio Islã como o fundamento essencial da união entre todos os povos (que seria consagrada pela Umma) e dos árabes, em particular.

Há, enfim, uma gama quase infinita de interpretações e variações sobre o mesmo tema, incluindo, obviamente, aqueles que ainda mantêm a convicção de que a união dos povos árabes em torno de um projeto nacionalista conheceu apenas uma derrota momentânea, em 1967, mas se mantém no horizonte como uma possibilidade histórica. Como escreve o historiador Rupert Emerson, “nenhum breve sumário da longa e intrincada história do mundo árabe poderia esperar destrinchar as forças que deram forma aos seus Estados e povos. Uma análise completa demandaria avaliar todos os registros da experiência árabe, incluindo as divisões tribais, sectárias e outras, os efeitos produzidos pelo império Otomano, o jogo feito pelos poderes europeus e o papel do Islã na constituição da cultura e do idioma árabe” (Emerson, 1960: 126).

É claro que não pretendemos, aqui, esgotar qualquer debate sobre o nacionalismo árabe. Muito ao contrário, trata-se apenas de formulá-lo de modo adequado, abrindo algumas possibilidades de reflexão amplas e abrangentes, a serem desenvolvidas em outros trabalhos, eventualmente por outros autores que se interessem pelo tema.

Estado, nação, nacionalidade e nacionalismos

A “questão nacional” e a relação entre Estado, nação, nacionalidade e nacionalismos inspirou uma vastíssima gama de livros, teses, trabalhos acadêmicos, ensaios históricos, políticos, culturais e filosóficos. Um dos autores mais influentes foi o filósofo alemão Georg Hegel (1770 – 1831), para quem o Estado é a expressão última do desenvolvimento coletivo da humanidade, após a superação da organização no núcleo familiar e na sociedade civil, segundo o processo ao qual damos o nome de história. O objetivo desse processo, diz Hegel, é possibilitar ao ser humano alcançar a liberdade e a consciência próprias do espírito; não é uma tarefa que possa ser realizada por um indivíduo nem por um grupo isolado, mas sim o resultado do conjunto de interações entre seres humanos que em sua jornada através dos tempos, realizam objetivamente a potencialidade da Idéia (“A história universal nada mais é do que a manifestação da Razão”).

presidente venezuelano Hugo Chávez. Curiosamente, embora bolivarianos e apoiadores da causa dos povos originários hoje se coloquem como aliados, historicamente Simón Bolívar assegurou que, na América Latina, o poder político passasse às mãos das elites brancas nativas (*criollas*), após a queda do império espanhol.



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

A busca de formas cada vez mais aperfeiçoadas de organização faz com que os homens superem o estado de natureza, o núcleo familiar e a sociedade civil (entendida como instância em que se resolvem os valores privados), produzindo o surgimento do Estado. Este constitui, historicamente, uma fase já avançada desse processo. O Estado transcende os núcleos sociais representados pela família e pela sociedade civil, por ser portador de um valor ético superior ao valor particular e privado das sociedades precedentes, como resultado de sua maior universalidade. Em outros termos, o Estado constitui uma objetivação em grau superior do espírito. Hegel acreditava que o Estado prussiano, em particular, marcava o fim da história: nele, as instituições estatais teriam atingido o grau máximo de organização e perfeição.⁵

Segundo Hegel, a África, local de “infância da humanidade”, havia permanecido detida nos estágios iniciais do desenvolvimento das sociedades. Os povos africanos são por ele descritos como “hordas de bárbaros”, uma humanidade ainda não consciente de si. Os negros exibem o ser humano em seu “mais selvagem estado de natureza”, “completamente indomado”. Os povos da China e da Índia ainda permaneciam fora da história (isto é, não haviam ainda atingido o grau de desenvolvimento necessário para a formação de instituições capaz de construir o Estado civilizado, mas constituíram sociedades congeladas numa existência vegetativa), ao passo que os povos semíticos da Ásia ocidental, incluindo Síria, Judéia e Egito representaram o primeiro e mais baixo estágio da história.⁶

Para Hegel, portanto, a constituição do Estado nacional moderno é o ápice da civilização. Todos os outros povos que não haviam atingido o estágio evolutivo europeu – e, particularmente, o prussiano – ainda teriam que percorrer o mesmo caminho, se é que isso seria possível, para conquistar a própria liberdade. O surgimento do Estado nacional moderno seria, então, uma espécie de culminação que deveria servir de espelho para o conjunto da humanidade. Em resumo, fora da Europa, não há salvação.

A percepção eurocêntrica de Hegel deixou marcas profundas até mesmo na obra de pensadores revolucionários como Karl Marx e Friedrich Engels. São famosos, por exemplo, os comentários de Marx sobre a “missão civilizadora” do imperialismo britânico na Índia, ou a

⁵ Cf. Hegel, 1995. Tomando Hegel como pressuposto, Francis Fukuyama formularia, no final dos anos 80, a sua própria versão do “fim da história”: ao, supostamente, derrotar o socialismo, o capitalismo liberal teria provado a sua superioridade como forma de organização do Estado e das sociedades. O espírito humano teria, finalmente, encontrado a sua expressão objetiva definitiva.

⁶ Citações feitas por Halbrook, 1982.



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

defesa que Engels faz da anexação da “esplêndida terra da Califórnia” pelos Estados Unidos, antes entregue aos “preguiçosos mexicanos que não sabiam o que fazer com ela.” Também os povos árabes mereciam o “desprezo hegeliano” de Marx e Engels, como mostra, por exemplo, o trecho de uma carta de Engels a Bernstein, em 9 de agosto de 1882:

Parece-me que, na questão egípcia, você defende com muita ênfase o assim chamado Partido Nacional. Pouco sabemos sobre Arabi, mas estou disposto a apostar dez para um que ele é apenas um reles paxá que se revolta contra os coletores de impostos porque, como bom oriental, ele prefere colocar o dinheiro em seu próprio bolso. Trata-se, novamente, da eterna história dos países de maioria camponesa. Da Irlanda à Rússia, da Ásia Menor ao Egito – em um país camponês os camponeses existem apenas para serem explorados... Nós, socialistas europeus ocidentais, não deveríamos ser facilmente enganados como os camponeses egípcios.

(...) Talvez por basear-se na perspectiva hegeliana ou, talvez, por preconceito étnico, a visão de Engels é certamente fora de foco no que concerne o pensamento nacionalista do século vinte. O Egito havia sido dominado pelos europeus e pelos turcos; o governante (Khediva) era um instrumento de acionistas europeus que controlavam a maior parte da economia egípcia. Impostos exorbitantes eram cobrados dos camponeses para os cofres dos acionistas europeus, e por volta de 1881 o Egito tinha vendido o que restava de sua participação na Companhia do Canal do Suez. Arabi Pasha, um soldado de origem camponesa que se tornou coronel, associou-se a uma sociedade secreta que se rebelou contra a elite de oficiais que falavam o idioma turco, e assim tornou-se um símbolo da resistência contra os turcos e os europeus. Quando ele foi nomeado ministro da guerra e apareceram os sinais do perigo de uma revolta, em junho de 1882, os ingleses enviaram uma frota a Alexandria, causando a morte de algo entre 50 e 100 europeus e 500 árabes. Arabi proclamou o slogan “o Egito para os egípcios”, sendo apoiado por amplos setores de massas, excluindo a elite, que ficou ao lado dos britânicos.⁷

Assim, a visão preconceituosa européia, mesmo em se tratando de um revolucionário como Engels, rapidamente reduziria um líder nacionalista como Arabi a um mero “paxá que se revolta contra coletores de impostos” por razões mesquinhas, como é “típico dos orientais”. Em seu extraordinário *Orientalismo*, Edward Said demonstrou o quão profundamente a percepção eurocêntrica de Hegel marcou a mentalidade européia dita “ocidental” no que se refere aos povos não europeus. Na mesma linha, Immanuel Wallerstein (2007) mostra que o universalismo europeu, pretexto ideológico e doutrinário para justificar a invasão de países e intervenções militares nos quatro cantos do planeta, assenta-se sobre um tripé constituído pelo orientalismo,

⁷ Halbrook, 1982. Esta e as demais citações de referências em língua estrangeira neste trabalho são tradução nossa.



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

pela razão tecnológica e pela idéia de direitos humanos, obviamente segundo uma narrativa auto-apologética.

Wallerstein recupera uma polêmica entre o dominicano Bartolomé de las Casas e o teólogo jurista espanhol Juan Ginés de Sepúlveda, travada em 1550, em Valladolid (Espanha), sobre o direito que teria o reino de submeter à escravidão os povos originários da recém-descoberta América. O discurso “civilizador” sustentado por Ginés de Sepúlveda reduz os povos originários à sua suposta essência “selvagem”, criando assim um estereótipo – operação ideológica que, para Said, consiste no núcleo do orientalismo – destinado a legitimar a “guerra justa” (conceito agostiniano) e o emprego da mais brutal violência contra o outro. Tal lógica e linha de argumentação, argumenta Wallerstein, são idênticas a todos os discursos montados para justificar o colonialismo e até as agressões contemporâneas, como o ataque ao Iraque, em 2003.

Coube ao historiador Eric Hobsbawm a produção de uma das obras mais esclarecedoras sobre o Estado, a questão nacional, nacionalidade e nacionalismo. Hobsbawm sustenta, em síntese, que foi o nacionalismo que inventou a nação, e não o contrário, como poderia sugerir o senso comum. Não há uma relação imediata, “natural” ou necessária entre Estado, povo, território, etnia e idioma:

A equação nação = Estado = povo e, especialmente, povo soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois a estrutura e a definição dos Estados eram agora essencialmente territoriais. Implicava também uma multiplicidade de Estados – nações assim constituídos, e de fato isso era consequência da autodeterminação popular. A Declaração francesa dos Direitos em 1795 assim propôs: “Cada povo é independente e soberano, qualquer que seja o número de indivíduos que o compõem e a extensão do território que ocupa. Esta soberania é inalienável”.

Contudo, pouco é dito a respeito do que constitui “um povo”. Particularmente, não há conexão lógica entre o corpo de cidadãos de um Estado territorial, por uma parte, e a identificação de uma “nação” em bases lingüísticas, étnicas ou em outras com características que permitam o reconhecimento coletivo do pertencimento de grupo. De fato, por causa disso já foi mostrado que a Revolução Francesa “foi completamente estranha ao princípio e ao sentimento de nacionalidade; era inclusive hostil a ele”. Como notou perspicazmente o lexicógrafo holandês, a língua não tem nada a ver, em princípio, com o ser inglês ou francês e, de fato, como veremos, os especialistas franceses lutaram tenazmente contra as tentativas de fazer da língua falada um critério de nacionalidade, pois este, segundo eles, era determinado puramente pela cidadania francesa. A língua que os alsacianos e os gascões falavam continuou pouco importante para o seu status como membros do povo francês.



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

De fato, se do ponto de vista revolucionário a “nação” tem algo em comum, não era, em qualquer sentido, a etnicidade, a língua ou o mais, mesmo que estas também pudessem ser indicação de vínculo objetivo. Como mostrou Pierre Vilar, o que caracterizava o povo-nação, visto de baixo, era precisamente o fato de ele representar o interesse comum contra os interesses particulares e o bem comum contra o privilégio, como na verdade é sugerido pelo termo que os americanos usaram antes de 1800 para indicar a existência de nações, embora evitassem a própria palavra. (...) Não podemos, portanto, ler na nação revolucionária nada parecido com o programa posterior de estabelecer Estados – nações para corpos (sociais) definidos em termos de critérios tão intensamente debatidos pelos teóricos do século XIX, tais como etnicidade, língua comum, religião, território e lembranças históricas comuns (Hobsbawm, 1991: 32-33).

O sentimento de nacionalidade, portanto, está em sua origem muito mais vinculado à prática de solidariedade entre os que se sentiam oprimidos, na luta contra o opressor (no caso da Revolução Francesa, contra a nobreza, o clero, o Estado absolutista) do que ancorado em supostos sentimentos de identidade “natural” que seriam propiciados pela etnia, religião, língua etc. Assim, há uma primeira distinção fundamental a ser feita: a percepção de “nação” pelos “de baixo” foi, posteriormente, modificada pelas novas elites que assumiram o poder, as quais constituíram uma narrativa para dar novos fundamentos à definição da nacionalidade.

No caso da França, apenas posteriormente o domínio do idioma, a religião e outras características passaram a ser critério para se definir a cidadania. Houve, por assim dizer, um processo de “naturalização” das identidades nacionais, como se o vínculo a determinada nação fosse um dado da natureza, e não uma construção política datada, típica de uma fase histórica precisa: a destruição do Estado absolutista e a fundação de uma nova ordem internacional, baseada no surgimento do poder de classe da burguesia.

A disputa entre os vários grupos burgueses pelo controle do comércio mundial, pelo monopólio do fornecimento de matérias primas, pelo controle de novos territórios determinou a necessidade de Estados assentados sobre limitações territoriais claras, mas sobre novas bases jurídicas e filosóficas, fornecidas pelo Iluminismo. O novo Estado burguês foi construído de modo a expressar as novas relações de classe. A burguesia ascendente, falando em nome de “toda a nação”, construía instituições e narrativas justificadoras, destinadas a proteger os seus próprios interesses de classe. Foram muito convenientes, nesse sentido, as idéias defendidas por Hegel sobre os povos não europeus: elas justificavam, com a mais alta filosofia, a prática da espoliação capitalista dos povos que pertenciam à “periferia da história”, processo também saudado como “civilizador” por Marx e Engels, como vimos.



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

As supostas “identidades nacionais” construídas pelo discurso burguês foram, portanto, politicamente motivadas por grupos interessados (a “nação política”), tendo como base as narrativas que descrevem idealmente uma “nação universal” (hábitos, virtudes, passado mítico, identidades atemporais etc.), substância do discurso nacionalista:

Nos dias de Mazzini, pouco importava para a maioria dos italianos se o *Risorgimento* tinha existido, de modo que, como Massimo d’Azeglio admitiu em sua famosa frase, “Nós fizemos a Itália, agora temos que fazer italianos”. Não importa nem mesmo para aqueles que, preocupados com a “questão polonesa”, sabiam que provavelmente a maioria dos camponeses polacos (para não mencionar o terço da população do antigo Rzeczpopolita pré-1722 que falava outros idiomas) não se sentiam ainda poloneses nacionalistas; como reconheceu o libertador da Polônia, coronel Pilsudski, em *sua* frase, “É o Estado que faz a nação e não a nação que faz o Estado” (Hobsbawm, 1991: 56).

Em muitos casos, a “nação política” que originalmente formulou o vocabulário do que, mais tarde, tornou-se o povo-nação, compreendia apenas uma pequena fração dos habitantes de um Estado, a sua elite privilegiada ou a nobreza e a aristocracia. Quando os nobres franceses descreveram as cruzadas como *gesta Dei per francos* não tinham a intenção de associar o triunfo da cruz com a maioria dos habitantes da França, ou mesmo com aquela parte pequena do hexágono que levava esse nome desde o século XI, porque a maioria daqueles que se consideravam descendentes dos francos deveriam visualizar o populacho sobre o qual mandava como descendentes dos povos conquistados pelos francos. (...) Obviamente, o conceito e o vocabulário de “nação política” poderia oportunamente ser estendido para uma nação presumivelmente pela massa dos habitantes de um país, mas isso quase certamente aconteceu muito depois de sua formulação pela visão retroativa do nacionalismo (Hobsbawm, 1991: 88-89).

O discurso nacionalista, portanto, só pode ser entendido como uma expressão política interessada, um discurso articulado que tem como objetivo atingir objetivos estratégicos. Não pode ser confundido com o sentimento de nacionalidade (eventual conexão cultural ou espiritual do indivíduo a um grupo qualquer), nem pode ser entendido como um fenômeno “natural”. Da mesma forma, o surgimento do Estado-nação, na Europa, não foi um resultado “natural” dos desejos de um povo que, movido pelo sentimento de identidade histórica, constituiu-se juridicamente sobre determinado território. Quando discutimos os conceitos de Estado, nação, nacionalidade e nacionalismo estamos, portanto, imersos na vida política, na esfera dos jogos de poder, longe, bem longe de qualquer dado a priori.



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

O discurso nacionalista encontrou os povos árabes no século XIX, quando eles já existiam há milênios organizados segundo as mais variadas formações.

O discurso nacionalista e os povos árabes

Nós nos rebelamos contra os ingleses; e contra os franceses...

Nós nos rebelamos contra os que colonizaram nossas terras e tentaram nos escravizar...

Nós repetimos a revolução vermelha muitas vezes, e continuamos nossas revoluções brancas por muitos anos...

E para isso suportamos muito sofrimento, agüentamos muitas perdas, sacrificamos tantas vidas...

Mas:

Quando finalmente conquistamos nossa liberdade, começamos a santificar as fronteiras que eles instituíram depois de dividir nossas terras...

E nos esquecemos de que essas fronteiras eram as do “confinamento solitário” e as da “prisão domiciliar” que ele nos impuseram!⁸

O lamento de Sati‘ al-Husri, provavelmente um dos mais influentes ideólogos do nacionalismo árabe, expõe uma das características mais marcantes da configuração geopolítica do Oriente Médio: povos que existem há milênios na região, vivem em fronteiras traçadas há menos de oito décadas, e por imposição de potências externas que, ao desenhá-las, não levaram em consideração os seus anseios, suas histórias, suas vidas. A história dos povos árabes, portanto, tem pouco a ver com o resultado cristalizado no mapa contemporâneo. Por outro lado, seria um equívoco imaginar um passado homogêneo e glorioso, um suposto tempo mítico, quando a identidade árabe era plena entre todos os povos que, de alguma forma, participam dessa história. E aqui apenas começa o problema: o que significa ser árabe? Houve algum momento da história em que a identidade árabe foi plenamente realizada sobre um território que abrange “do Golfo ao Atlântico”?

Se houve, terá sido durante os primeiros séculos da expansão islâmica. Mas essa afirmação coloca um problema central: do ponto de vista da ideologia nacionalista, ancorada sobre a idéia laica da identidade nacional – não importa, como vimos, se integralmente baseada

⁸ Abu Khaldun Sati‘ al-Husri, “*How Strange*”, apud Dawisha, 2003.



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

numa visão mítica do “povo” -, resulta complicado afirmar que o cimento que mantém coesa, dá sustentação a determinada idéia de nação é a religião.

É claro que, não apenas no “caso árabe”, mas, em geral, o componente religioso sempre foi parte importante do discurso da identidade nacional. Basta lembrar que, na própria Europa, a passagem da cultura oral para a cultura letrada ocorreu graças à revolta de Martinho Lutero contra a Igreja Católica, combinada com a invenção de Gutenberg, que permitiu a impressão de dezenas de milhares de cópias da Bíblia em língua vernácula⁹. Esse movimento está na base do processo de formação da sociedade civil europeia e, paradoxalmente, permitiu o surgimento do Iluminismo, que condenaria a religião ao mundo das sombras e da superstição. Ou, ainda, basta lembrar que a história da formação e desenvolvimento dos Estados Unidos é profundamente marcada pela presença do fundamentalismo protestante (berço verdadeiro, aliás, do radicalismo religioso, por muitos equivocadamente atribuído ao Islã) e pela idéia de que a América puritana estaria destinada por Deus a ser a “primeira entre as nações”¹⁰.

Mas em nenhum desses casos a religião teve uma centralidade equivalente à verificada na fase islâmica da história dos povos árabes, que, ademais, tornou estranha a idéia de separação das esferas religiosa e pública. Assim, o nacionalismo árabe, para poder subsistir como ideologia, é obrigado a encontrar fora da esfera da religião referências que legitimariam a idéia de uma nação árabe, sob pena de declarar sua própria inutilidade: se o Islã é o alicerce do povo árabe, torna-se superficial, desnecessário e até nocivo qualquer outro discurso legitimador. Como contrapartida, do ponto de vista da lógica do Islã, o nacionalismo árabe é um disparate, uma heresia e prova de “decadência espiritual”, nas palavras do ideólogo islâmico egípcio Said Qutb, condenado à morte por Nasser, em 1966. Os árabes, em sua perspectiva, não têm nenhum privilégio perante os olhos de Deus, já que o seu “povo escolhido” é a espécie humana em seu conjunto. Essa perspectiva se mantém no mundo islâmico contemporâneo, como é bem explicado, em seguida:

A maior contradição no pensamento nacionalista árabe é percebida na forma da adoção de certos elementos culturais como linguagem, história e herança comuns e tradição como elementos definidores do nacionalismo, ao passo que ignoram o Islã, por um viés profundamente secular. Antes do Islã, os árabes viviam naquilo que poderia ser qualificado como sua pré-história. Era um

⁹ Cf. Burke; Briggs, 2000.

¹⁰ Cf. Armstrong, 2001.



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

ajuntamento de tribos guerreiras que falavam vários dialetos, com pouco ou nenhuma vida cultural, especialmente no plano intelectual. O Islã introduziu uma mudança qualitativa na vida dos árabes tão inimaginável que não seria nenhum exagero dizer que ele “criou” uma nova identidade árabe. O dialeto coraishita foi transformado no mais rico idioma do mundo e um dos mais falados. O Islã ganhou para o idioma adesões que vieram de culturas não-árabes e foi o responsável por transformá-la em instrumento do pensamento e expressão em muitos campos da ciência e da academia. Ela espalhou-se para muito além de seu lar e faladores originais. De maneira análoga, a sociedade árabe foi totalmente transformada em suas estruturas, costumes, objetivos e maneiras de ser pelo Islã.

A religião tem sido um princípio constitutivo da vida social e intelectual dos árabes pelos últimos catorze séculos, e a tentativa de impor um “nacionalismo árabe” sem o Islã, ou em confronto com ele é inconcebível se não absurdo. Ao mesmo tempo, um nacionalismo árabe que tentar incluir o Islã vai colocar-se numa posição impossível; o apelo universal do Islã, a sua total subordinação aos seus próprios princípios doutrinários e a sua prioridade sobre outros vínculos garantem que ele rejeita o nacionalismo como uma forma moderna do antigo tribalismo ou *hamiyyat al-jahiliyyah* (o apego fanático a lealdades pré-islâmicas). (Yahya, 1985)

Desse ponto de vista, a derrota de 1967, na Guerra dos Seis Dias, só aconteceu porque o apelo nacionalista não foi capaz de mobilizar os povos árabes, por ser estranho à sua formação e à sua história. No longo intervalo histórico, foi o abandono da religião, a tentativa de “importar” modelos alheios à sua cultura que conduziu os povos árabes à decadência. Em termos mais imediatos, limitados à história contemporânea, a fraqueza dos povos árabes e sua impotência diante da instalação do Estado de Israel foi o resultado de uma tentativa desastrosa, por parte das próprias lideranças, de olhar para os povos árabes de um ponto de vista externo, adotando as lentes do orientalismo, que rejeitam a religião como algo arcaico, para privilegiar o nacionalismo com expressão das relações modernas entre política, poder e Estado. Ironicamente, ainda segundo a perspectiva da crítica islâmica, o exemplo mais claro da força que tem a convicção religiosa é a própria constituição do Estado de Israel, criado como instrumento de ataque contra a nação islâmica otomana:

Os nacionalistas árabes não podem explicar porque as tentativas de criar Israel começaram quando a Palestina ainda era parte do Estado Otomano. Em contrapartida, a resistência do sultão El Abd al-Hamid a tais tentativas explicam o estímulo dado à idéia do nacionalismo árabe pelas potências estrangeiras e contra o califado da época (os franceses no Líbano, por exemplo). Não havia nenhuma “nação árabe”, então, que servisse para justificar o complô imperialista, mas havia uma “nação islâmica” que deveria ser despedaçada pelos esquemas colonialistas e sionistas, no interior dos quais



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

o nacionalismo árabe joga um papel proeminente. Mas essa visão, é claro, é desconfortável para os nacionalistas.

Mais importante, eles não podem explicar, e menos ainda entender, a natureza religiosa do nacionalismo judaico que foi implantado pelos seus mentores ocidentais na Palestina. Eles foram ensinados pelo Ocidente que o nacionalismo é construído por laços materiais e culturais que não incluem a religião. De fato, o nacionalismo substituiu a religião como o espaço do compromisso e é prioritário na vida do indivíduo ou da nação. Tal princípio foi despedaçado diante dos olhos perplexos dos nacionalistas árabes quando eles confrontaram o caso de Israel. Aqui, considerações materiais como a unidade da raça ou terra original não existiam e a religião judaica é o único elemento constitutivo do “nacionalismo” israelense. (Yahya, 1985)

Mesmo sem entrar no mérito da caracterização da natureza do Estado de Israel feita acima, é preciso reconhecer não ser possível forçar generalizações ou simplificações contundentes quando se trata de descrever ou criticar o nacionalismo árabe. O mais correto, aliás, seria adotar a expressão “nacionalismos árabes”, no plural: as várias correntes nacionalistas árabes, que começaram a se manifestar a partir do final do século XIX, têm as mais distintas origens, formas e conteúdos ideológicos; algumas procuram o diálogo com o Islã, outras declaram-se completamente seculares e avessas à religião, algumas aproximam-se do fascismo, outras do socialismo e outras, ainda, tentam se acomodar nos limites teóricos e políticos do Estado – nação burguês. Além disso, nem todas as correntes nacionalistas árabes surgiram como reação à dominação imperialista ocidental: algumas surgiram já em franca oposição ao decadente Império Otomano. Alguns povos árabes foram submetidos por mais de um século à dominação ocidental direta, ao passo que outros nunca o foram. Constituiu-se, enfim, um panorama caleidoscópico de situações e tomadas de posição, das quais o nasserismo foi, provavelmente, apenas a expressão mais forte e nítida.

Uma das primeiras expressões conhecidas da moderna luta anti-imperialista (embora ainda não “nacionalista” na acepção contemporânea do termo) no Oriente Médio foi liderada pelo jornalista, intelectual e ensaísta Gamal al-Din (Al-Afgani, o afegão, 1838 – 1897, provavelmente nascido no Irã), cujas tentativas incessantes de organizar os povos islâmicos contra a dominação britânica custou-lhe uma vida de prisões e exílios (na Turquia, Egito e na França). Ao mesmo tempo em que propunha a volta à pureza original do Islã, postulava a necessidade de aceitar as técnicas e a disciplina ocidentais para delas se utilizar, mais tarde, visando à ressurreição do mundo muçulmano. Durante um breve período em que serviu como uma espécie de “super ministro” do rei Azam, no Afeganistão (1866 – 1868), ele liderou um



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

plano de reconstrução nacional, incluindo a construção de escolas, criação de um jornal de âmbito nacional, um sistema regular de comunicações e a estrutura burocrática de um governo centralizado.¹¹

Com seu discípulo Mohamed Abduh, Al-Afgani editou um jornal revolucionário no idioma árabe, *al-'Urwat al-Wuthqa* (ou “O vínculo mais poderoso”), que preconizava o pan-islamismo contra a dominação imperialista. O jornal propunha a adoção de um pensamento filosófico baseado na razão, ancorado nos grandes pensadores religiosos do passado - os *falāsifah* -, que teriam demonstrado não haver incompatibilidade alguma entre ela e a fé islâmica. Tanto Al-Afgani como Abdu trataram de estimular o orgulho árabe para com sua antiga cultura, procurando fazer com que os muçulmanos se livrassem do "complexo de inferioridade" perante os ocidentais, que os levava ao fatalismo existencial e à inanição política.

O impulso definitivo ao surgimento de correntes nacionalistas árabes foi dado pela eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914 – 17), como resultado da convergência de uma série de circunstâncias históricas. Em primeiro lugar, a crise do Império Otomano permitiu uma articulação política entre elites regionais árabes que estavam descontentes com o seu papel subordinado no esquema de dominação imperial. Além disso, minorias árabes não islâmicas passaram a ver no ocaso do império uma oportunidade de, ao menos, barganhar posições no jogo do poder. Essa perspectiva estimulou o surgimento de movimentos que procuravam construir a idéia de uma cultura árabe não necessariamente islâmica. Finalmente, o colonialismo europeu (França e Grã-Bretanha) estimulou o surgimento de uma oposição nacionalista aos otomanos, dado o seu alinhamento com a Alemanha. Trata-se, aqui, do bem conhecido papel desempenhado por T. E. Lawrence, consagrado pelo filme “Lawrence das Arábias”, cujas promessas de independência e soberania aos futuros Estados nacionais árabes seriam traídas pelo acordo secreto celebrado, em 16 de maio de 1916, entre Grã-Bretanha (Mark Sykes) e França (François Georges-Picot).

Nos termos do acordo – embrião do processo que desembocaria na criação do Estado de Israel -, o Reino Unido recebeu o controle dos territórios correspondentes, *grosso modo*, à Jordânia e ao Iraque, bem como uma pequena área em torno de Haifa. A França ganhou o controle do sudeste da Turquia, da Síria, do Líbano e do norte do Iraque . As duas potências

¹¹ Há muitas referências sobre a vida e obra de Al-Afgani à disposição na Internet. Para uma leitura inicial, v. Bashiri, 2000.



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

ficaram livres para definir as fronteiras dentro daquelas áreas. A Palestina seria colocada sob administração internacional, aguardando consultas com a Rússia e outras potências. O ajuste seria posteriormente ampliado para incluir a Itália e a Rússia. A primeira receberia algumas ilhas do Egeu e uma esfera de influência em torno de Izmir, no sudoeste da Anatólia, enquanto que a segunda ficaria com a Armênia e partes do Curdistão.

Em 2 de novembro de 1917, o então ministro das relações exteriores britânico, Arthur James Balfour, declarou formalmente, em carta reservada ao barão Walter Rothschild, que o seu governo aprovava a idéia de estabelecer um lar nacional judeu na Palestina. Balfour cedia, assim, às pressões de Chaim Weizmann e Nahum Sokolow, líderes do movimento sionista britânico. Não há uma resposta definitiva sobre os motivos que levaram Londres a adotar tal atitude. Uma das explicações, como vimos, é a religiosa: tratava-se de criar um Estado judeu contra o califado otomano. Outra interpretação sugere que os britânicos estavam interessados em angariar o apoio do poderoso *lobby* judeu estadunidense para assegurar que Washington entraria na Primeira Guerra contra a Alemanha. Em qualquer hipótese, a Declaração Balfour pavimentou o caminho para a futura criação de Israel.

Após a Revolução Russa (1917), Vladimir Ilitch Lênin denunciou as reivindicações da Rússia czarista sobre o Império Otomano e tornou pública uma cópia do Acordo Sykes-Picot (que, até então, permanecia secreto), bem como outros tratados. Os principais termos do acordo foram confirmados pela Conferência inter-aliada de San Remo, em 19-26 de abril de 1920, pelo tratado de Sèvres, em outubro do mesmo ano (quando foi formalizada a presença italiana na Anatólia e a divisão dos territórios árabes) e pelo Conselho da Liga das Nações em 24 de julho de 1922, estabelecendo os mandatos britânico e francês correspondentes às áreas definidas pelo ajuste de 1916.

Na prática, desabava o Império Otomano e no seu lugar implantava-se um novo império franco-britânico, com efeitos obviamente catastróficos para os povos da região. Monarquias e chefes tribais locais tiveram negociar com os novos imperadores os termos mais vantajosos possíveis para a acomodação geopolítica. Não é o caso, aqui, de reproduzir com detalhes uma história já bastante conhecida, mas apenas de ressaltar que esse processo originou os atuais Estados árabes com suas fronteiras tão arbitrariamente atribuídas pelos colonizadores, segundo acordos não raro espúrios com elites árabes locais e critérios que passaram à margem e ao largo das vontades dos povos, como deixa claro o lamento de al-Husri. Basta um relato



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

impressionante, feito por Janet Wallach, biógrafa de Gertrude Bell, uma espécie de contrapartida feminina de T. E. Lawrence.

Em março de 1921, Winston Churchill, representante máximo do império britânico no Oriente Médio, convocou quarenta “especialistas” – incluindo Lawrence e Gertrude Bell – que se reuniram no Cairo, e para discutir o futuro geopolítico da região. A maioria dos “especialistas” convenceram Churchill de que a melhor estratégia seria criar monarquias árabes que, apoiadas pelas forças britânicas, garantiriam a ordem e o suprimento contínuo de petróleo (preocupação central, desde 1908, quando foram descobertas as grandes reservas iranianas). Assim foi “inventado” o Iraque, cuja “estabilização” causou a morte de 10 mil combatentes árabes que não aceitaram ser enquadrados nas novas fronteiras.

Para governar o Iraque, Londres escolheu Faisal, filho de Hussein bin Ali, o leal e subserviente xerife de Meca. Por um breve período, entre 1919 e 1920, Faisal foi o rei da Grande Síria, mas acabou destronado pela França, que tinha outros planos para a colônia. Abdullah, irmão de Faisal, ganhou de presente a Transjordânia, atual Jordânia. Mas havia uma “pedra do sapato” de Churchill: Ibn Saud, também fiel escudeiro da coroa britânica e poderosa liderança regional, não aceitava submeter-se a Faisal. O jeito foi criar um outro reino para Saud. Segue o relato feito por Janet Wallach sobre como foi criada a Arábia Saudita:

Os serventes de Ibn Saud deixaram tudo preparado para a chegada [do alto comissário britânico Percy Cox]. Tendas luxuosas de vários tamanhos foram erguidas sobre a areia para servir de dormitório, banho, sala de refeição e de estar; grossos tapetes foram estendidos, móveis luxuriosos instalados e foram estocados grandes suprimentos de frutas frescas, água Perrier, charutos cubanos e uísque Johnny Walker.

As negociações sobre as linhas de fronteira tomaram cinco dias e cinco noites, enquanto Cox, trajando terno, gravata borboleta e chapéu de feltro, servia de mediador entre os representantes do Iraque, Kuwait e Arábia, todos vestidos em trajes típicos. Ibn Saud exigia que as fronteiras fossem baseadas na existência das tribos e não em área territorial, e de acordo com sua proposta, dois grupos – Anazeh de Fahad Bey e parte do Shammar – pertenceriam à Arábia, não importando o quão longe eles se deslocassem rumo ao norte. As duas tribos se tornariam fronteiras móveis; a fronteira mudaria de acordo com as suas necessidades de nômades. (...) Para Cox e os britânicos, a noção de propriedade baseava-se no território, ao passo que para Ibn Saud e os beduínos a idéia de propriedade ancorava-se nas pessoas.

Não era mais possível avançar nas negociações, e no sexto dia sir Percy perdeu a calma. Com a presença apenas do major Dixon na reunião, ele repreendeu Ibn Saud como se fosse um colegial. No passo que as coisas



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

estavam indo, ele disse ao perfumado governante árabe, não haveria acordo nem em um ano. Ibn Saud estava quase chorando; sir Percy Cox era o seu pai e a sua mãe, ele disse, o homem que o havia elevado de uma posição insignificante para aquilo que ele havia se tornado. Ele daria a “metade de seu reino, ou seu reino inteiro, se sir Percy assim ordenasse”.

Depois disso, sir Percy segurou o mapa. Cuidadosamente desenhando uma linha vermelha sobre sua superfície, designou um pedaço do Nejd para o Iraque, então, para acalmar Ibn Saud, tomou dois terços do território do Kwait e os deu para a Arábia. Finalmente, desenhando duas zonas, e declarando-as neutras, chamou uma de zona neutra do Kwait e a outra zona neutra do Iraque. Quando um representante de Ibn Saud pressionou Cox a não criar uma zona neutra do Kwait, sir Percy perguntou a razão. “Sinceramente”, respondeu o homem, “por acreditarmos que existe petróleo ali”. “Este”, respondeu o alto comissário, “é precisamente o motivo pelo qual eu a declarei zona neutra. Cada lado terá a sua metade”. O acordo, assinado pelos três lados no início de dezembro de 1922, confirmou as linhas de fronteiras cuidadosamente traçadas por Gertrude Bell. Mas ao longo de outros 70 anos, até e incluindo a Guerra do Golfo de 1990 envolvendo Iraque e Kuwait, continuaria a disputa sobre as fronteiras.¹²

Nas duas décadas seguintes, o desenho do mapa do Oriente Médio seria cristalizado, com a delimitação das fronteiras da Síria e do Líbano, e com a criação do Estado de Israel. Este foi o quadro geral que constituiu o berço do nacionalismo árabe. Ao mesmo tempo, a região sofreu o impacto da “ocidentalização” da Turquia, sob Mustafá Kemal Atatürk, que procurou aproximar-se da cultura europeia e criar um Estado-nação nos moldes ocidentais. Isso criou um vazio de referências identitárias para os povos árabes, antes propiciadas pelo “guarda-chuva” otomano. Como contrapartida, os povos locais começavam a se inquietar com a chegada de milhares de imigrantes judeus, fluxo estimulado pelas promessas contidas na Declaração Balfour. Finalmente, idéias nacionalistas começaram a percorrer o Oriente Médio, sob o impacto da Revolução Russa de 1917, dos contatos “europeizantes” via Turquia e pelo contato entre culturas permitido pelo Canal de Suez, que possibilitava a circulação de mercadorias, mas também de idéias.

Não por acaso, precisamente no Egito, núcleo mais dinâmico do comércio imperialista via Suez, surgiu o primeiro núcleo da Irmandade Muçulmana, em 1929. Hassan al Banah, seu líder, propunha a rejeição ao colonialismo e aos valores ocidentais, retorno à pureza do Islã, prática do assistencialismo para com os mais pobres, refundação do califado unificado no mundo

¹² Janet Wallach (*Desert Queen: The extraordinary life of Gertrude Bell, adventurer, advisor to Kings, ally of Lawrence of Arabia*), apud. Calder, 2004.



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

muçulmano (Umma), sob a autoridade exclusiva do Corão, abolição das instituições implantadas no mundo islâmico pelo Ocidente, com a conseqüente extinção dos estados árabes tais como começavam a ser então implantados pelas potências coloniais.

Também nesse contexto surgiram as primeiras tentativas de construir uma nova identidade árabe, sobre os escombros do Império Otomano e no novo quadro de Estados artificialmente criados por imposição dos colonizadores, mas contando com a cumplicidade subserviente de elites locais. Tratava-se, evidentemente, de um ambiente propício ao autoritarismo das novas elites políticas, cujos mandatos não emanavam da vontade popular ou da “nação oprimida”, no sentido dado por Eric Hobsbawm, mas sim de acordos feitos pelo alto, em situações eventualmente humilhantes, com a vivida por Ibn Saud. Nessa atmosfera política, floresceu o nacionalismo proposto por Sati^c Al-Husri.

Al-Husri nasceu em Alepo, em 1879, filho de uma família rica. Formou-se na Academia Real de Istambul e trabalhou como professor em setores europeus do Império Otomano, quando travou os primeiros contatos com ideologias nacionalistas. Entre 1910 e 1912, visitou vários países europeus, para conhecer os seus métodos educacionais. Nessa época, aproximou-se do movimento nacionalista turco, obtendo a inspiração para construir o “arabismo”. Durante o breve reinado de Faisal na Síria (1919 – 20), al-Husri ocupou o cargo de ministro da Educação. Seguiu Faisal para o Iraque, onde foi encarregado de criar e administrar o setor de Educação. Ali teve a oportunidade de amadurecer o seu conceito de nacionalismo árabe, bem como o poder de exercer grande influência sobre uma vasta rede de professores e alunos, incluindo jovens oficiais militares. Foram eles que, em 1941, desfecharam um golpe de Estado para depor a monarquia pró-britânica e instalar um governo favorável ao Eixo nazista, dirigido por Rashid Ali al-Gailani. A monarquia seria logo restaurada e al-Husri deportado para a Síria, junto com dezenas de professores sírios e palestinos que ele havia convidado para lecionar no Iraque.

De volta a Damasco, Al-Husri promoveu uma vasta reforma do sistema educacional, a convite do presidente Shukri al-Kuwatli. Sempre fiel às suas idéias, introduziu um currículo que se distanciou do modelo francês e enaltecia valores culturais nacionais. Obviamente, a reforma causou grande confusão, irritação nos franceses e resistência daqueles que haviam se adaptado ao sistema colonial. Em 1947, Al-Husri mudou-se para o Cairo, onde assumiu a direção do setor cultural da Liga dos Estados Árabes. Lá permaneceu durante 18 anos, período em que produziu a maior parte de seus escritos. Voltou a Bagdá em 1965, onde morreria, dois anos depois.



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

Al-Husri tinha uma visão de cultura e nação bastante próxima à dos românticos alemães que foram a fonte de inspiração de Adolf Hitler. Para eles, a nação era o solo sagrado que deveria ser preservado e mantido, ainda que isso significasse o sacrifício pessoal. Se, como vimos, a idéia original de luta nacional significava, para os franceses de 1789, a conquista da liberdade dos indivíduos contra os opressores, para os românticos alemães a liberdade era, sobretudo e antes de mais nada, a liberdade da nação, a supremacia dos valores nacionais, da cultura, da língua, dos costumes e de seus deuses. Era uma idéia quase mágica, marcada por valores que mais se assemelham aos religiosos e sagrados. A singularidade do regime nazista, a esse respeito, foi precisamente a de unir os mais arcaicos valores nacionais com a mais avançada tecnologia, produzindo o que muitos hoje qualificam de “modernismo reacionário”.¹³

Para Al-Husri, o idioma é o centro do sentimento nacionalista árabe. Também a sua história multimilenar, da qual o Islã é apenas uma parte – claro que importante, mas apenas uma parte. Em sua perspectiva, foi a grandeza da cultura e da história árabe que permitiu o surgimento do Islã, e não o contrário. Se o Islã fornecia a atmosfera espiritual para o florescimento da cultura árabe, o seu instrumento deveria ser um Estado forte, capaz de impor a obediência e a disciplina, em nome de uma missão mais elevada, a plena realização da nação árabe. Em suas próprias palavras:

Qualquer povo que fale o árabe é árabe. Qualquer indivíduo que pertença a quaisquer desses povos que falam o árabe é um árabe. E se ele não o reconhece, e se ele não tem orgulho de seu arabismo, então devemos analisar as razões para tal atitude. Pode ser uma expressão de ignorância; neste caso, devemos ensiná-lo a verdade. Pode ser reflexo da indiferença ou da falsa consciência; neste caso, devemos iluminá-lo e colocá-lo no caminho certo. Pode resultar de um egoísmo extremo; neste caso, devemos limitar seu egoísmo. Mas em nenhuma circunstância, deveríamos dizer: “Se ele não quer ser um árabe, e enquanto ele despreza sua condição árabe, então ele não é um árabe.” Ele é um árabe, querendo ou não.¹⁴

Um dos mais importantes leitores de Al-Husri foi, sem dúvida, Michel Aflaq, criador do Partido Baas. Aflaq nasceu em Damasco, em 1910, numa família de religião cristã grega-

¹³ Cf. Herf, 1993.

¹⁴ Al-Husri, apud Dawisha, 2003.



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

ortodoxa, da classe média. Frequentou, em Paris, a Universidade da Sorbonne, no final dos anos 20 e princípios da década de 1930, onde estudou e debateu as obras de Karl Marx, Friedrich Nietzsche, Vladimir Lênin e Giuseppe Mazzini, além de ideólogos alemães nacionalistas e fascistas. De volta a Damasco, nos anos 30, passou a dar aulas e a divulgar idéias nacionalistas revolucionárias – época em que, provavelmente, teve contato com o trabalho de Al-Husri.

Aflaq não admitia que as idéias ocidentais tivessem mais importância para a sociedade do que a superior civilização árabe. Em 1940, fundou um clube de discussões, em Damasco, com o objetivo de promover o renascimento (baas) árabe. Em 1947, no contexto dos anos de crise que se seguiram ao final da Segunda Guerra, agravados na região pela criação do Estado de Israel, ele transformou o movimento em partido, conquistando o apoio de segmentos das classes média e baixa, assim como de setores do Exército. Portador de uma mensagem que misturava o nacionalismo árabe com reivindicações socialistas (de fato, o socialismo seria um resultado “natural”, uma consequência da luta nacionalista) o Baas teve ramificações no Iraque, na Jordânia e no Líbano. Em 1949, Aflaq tornou-se ministro da Educação da Síria, cargo exerceu até 1952, quando teve que deixar o país, por força de um golpe dado pelo coronel Adib Shishakli, que colocou todos os partidos na ilegalidade, voltando em 1954. Em meados da década de 1950, o Baas tinha-se tornado o mais importante da partido Síria, graças em parte à fusão com o Partido Socialista.

Aparentemente, Aflaq conheceu Saddam Hussein em 1958, quando o então jovem oficial iraquiano procurou asilo na Síria, após ter participado da tentativa de assassinato do primeiro-ministro Abdel Karim Qasim. Na ocasião, Husein teria aderido ao Baas. Em 1966, exilado da Síria após perder uma disputa interna no partido, deixou o país. Viveu no exílio no Líbano e depois no Brasil. Em 1968, após o golpe de estado que colocou Saddam Hussein no poder, o Iraque passou a ser controlado em nome da ideologia do partido Baas. Ele foi convidado a viver no Iraque, onde morreu, em 1989.

Ecoando as idéias de Al-Husri, Aflaq defendia um nacionalismo que mais se assemelhava a uma força espiritual transcendente. A nação árabe é o ideal aspirado e a próxima fase da história dos povos árabes dispersos. A nação árabe é o seu ponto de culminância. Os árabes deveriam realizar nessa nação a perfeição espiritual e livrar-se das influências nefastas do ocidente. Apesar de cristão, Aflaq acreditava que o Islã fornecia aos árabes “a imagem mais brilhante da sua linguagem e literatura e a parte mais grandiosa da sua história nacional”.



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

Chegará o dia em que os nacionalistas verão que eles são os únicos defensores do Islã. Eles terão que revesti-lo de um significado especial, se quiserem que a nação árabe encontre uma boa razão para sobreviver. (...) A conexão entre o Islã e o arabismo não é, portanto, similar a qualquer outra religião com qualquer outro nacionalismo. Os cristãos árabes, quando o seu nacionalismo estiver plenamente despertado e o seu caráter genuíno plenamente estabelecido, reconhecerão que o Islã para eles é uma lição que eles terão que absorver para poder compreendê-lo e amá-lo, ao ponto de eles considerarem o Islã como a coisa mais preciosa de seu arabismo. Se a realidade contemporânea está longe desse ponto, a nova geração de árabes cristãos tem uma tarefa que ela deve enfrentar com ousadia e generosidade, sacrificando o seu orgulho e privilégios, pois nada se equipara ao arabismo e a honra de ser parte dele. (Aflak, 1943)

O ponto alto do nacionalismo árabe ocorreria na segunda metade dos anos 50, quando os baasistas promoveram sua aproximação com o líder carismático de um movimento de oficiais que havia tomado o poder no Egito, impondo uma grandiosa derrota aos exércitos combinados de Israel, França e Inglaterra: Gamal Abdel Nasser. Como o Baas, Nasser adotava um discurso nacionalista e socialista. Também falava em revolução, reformas sociais, expulsão do imperialismo do Oriente Médio. E, sobretudo, na unidade da grande nação árabe. Desse encontro entre o Baas e Nasser nasceria a RAU, em 1958, como a primeira grande tentativa de formar a nação pan-árabe. Durou escassos três anos, quando um golpe de Estado na Síria instalou um novo governo que rompeu o compromisso com o Egito.

As limitações do nacionalismo árabe

Se alguma “lição” emerge claramente da história do nacionalismo árabe, de Al-Afgani e Nasser, passando por al-Housri e Aflaq, é o fato de que ele jamais conseguiu cumprir a sua própria promessa de unificar os povos árabes. Não há, evidentemente, uma razão simples para isso: como vimos, há aqueles que acreditam que não há nem nunca houve uma nação árabe, assim como há os religiosos islâmicos, para quem o grande apelo é a construção da Umma, assim como outros pensam tratar-se de uma questão anacrônica, pois a divisão do Oriente Médio em Estados nacionais é um fato, queiramos ou não, e por isso o pan-arabismo já não faz mais sentido, se é que algum dia o fez. Mas nenhuma destas formulações consegue esclarecer, de fato, porque em alguns momentos da história o nacionalismo conseguiu mobilizar, e até mesmo assegurar a vitória, como foi o caso na nacionalização do Canal de Suez, mas não conseguiu se manter como força capaz de assegurar a coesão e a continuidade do movimento. Não há uma



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

resposta simples, mas justamente a história do maior sucesso do nacionalismo árabe fornece algumas indicações.

A nacionalização do Canal de Suez foi o resultado de um intenso período de manifestações anti-imperialistas que antecedeu a chegada de Nasser ao poder e que, de fato, preparou as condições para o bem sucedido golpe de julho de 1952. No final da Segunda Guerra Mundial, o império franco-britânico havia dado claros sinais de esgotamento de suas forças. Isso abriu o caminho para a ampla manifestação de sentimentos anti-imperialistas no Oriente Médio, na Ásia (especialmente, na Índia de Gandhi) e na África (incluindo o Magreb). Em Port Said, no Egito, as manifestações de protesto eram organizadas por uma frente ampla de grupos das mais diversas origens, de sindicatos a entidades estudantis, passando por comunistas, socialistas, nacionalistas, camponeses e muçulmanos radicalizados. O principal alvo, obviamente, era a ostensiva presença britânica na zona do canal.

Este foi o quadro que possibilitou o golpe que derrubou a monarquia, vista por todos como porta-voz dos interesses de Londres. Nasser e os oficiais golpistas foram amparados pelo Movimento Democrático de Libertação Nacional, que incluía grupos comunistas, e também pela Irmandade Islâmica. Entretanto, consumado o golpe, Nasser voltou-se contra os sindicatos de trabalhadores, os grupos de esquerda e contra a Irmandade. Sua justificativa: era necessário organizar rapidamente o poder centralizado, para impedir que a desordem tomasse conta do país. Foi o pretexto para colocar todos os partidos na ilegalidade, exceto o seu próprio Partido da Libertação (criado em janeiro de 1953). Ao mesmo tempo, o novo governo atacou duramente quaisquer manifestações independentes dos trabalhadores. Líderes sindicais foram presos e dois trabalhadores foram enforcados, sob a acusação de terem organizado uma greve na indústria têxtil de Kafr-al-Dawar, perto de Alexandria, semanas após o golpe. Em outubro, Nasser ordenou a dissolução das organizações estudantis e, em janeiro, dos partidos. A Irmandade Muçulmana tornou-se alvo da repressão após uma tentativa de assassiná-lo, em outubro de 1954.¹⁵

Autoritário e populista, Nasser combinou repressão, cooptação de lideranças populares mediante a oferta de cargos públicos e posições de mando no seu partido, e um discurso

Artigo I. ¹⁵ Cf. Alexander, 2006.



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

reformista (em setembro de 1952, por exemplo, promulgou um decreto de reforma agrária) e anti-imperialista, mobilizando a máquina de propaganda do Estado para promover o culto à sua própria personalidade. No plano externo, Nasser adotou a linha do “não alinhamento”: na Conferência de Bandung, em 1955, declarou que os países árabes deveriam preservar sua própria independência diante das superpotências (Estados Unidos e União Soviética). No mesmo ano, quando os Estados Unidos se recusaram a vender-lhe armas, imediatamente as comprou da Tchecoslováquia, medida que o aproximou mais do bloco soviético e multiplicou as preocupações da Inglaterra quando ao destino do Canal de Suez.

O ataque combinado da Inglaterra, França e Israel ao Egito foi secretamente acertado em meados de 1956, em reuniões secretas realizadas em Sèvres, nas cercanias de Paris. O sinal seria dado por uma incursão israelense na Península do Sinai. A Inglaterra e a França exigiriam o fim imediato do conflito e a retirada de ambos os exércitos da zona do canal, sabendo que Nasser não poderia fazê-lo, pois isso significaria perder a soberania sobre o Sinai e sobre o Suez. Seria o pretexto para o bombardeio de cidades egípcias e para o desembarque de tropas em Port Said, na entrada do canal. Israel seria regiamente recompensada por sua contribuição: a França assumiu o compromisso de transferir aos israelenses combustível, tecnologia e material para construir reatores nucleares em Dimona. O plano foi colocado em ação em 29 de outubro; seis dias depois, soldados franceses e britânicos tomavam Port Said. A resistência constitui um dos capítulos mais emocionantes da história contemporânea do Oriente Médio.

Desde as primeiras horas da incursão israelense no Sinai, ficou claro que as tropas convencionais egípcias não seriam capazes de barrar os agressores, por mais que fosse heróica a resistência oferecida pelos soldados. Nasser teve que, novamente, recorrer às organizações populares, partidos, movimentos e sindicatos, por ele próprio colocados na clandestinidade. Foram mobilizadas antigas lideranças comunistas, ativistas sindicais, jovens participantes do movimento estudantil. Apenas na primeira semana após o início do ataque, mais de um milhão de armas de pequeno porte foram distribuídas entre a população, que passou a fazer uma guerra de guerrilha contra os agressores. Layla al-Shal, então cursando o segundo ano de Ciências Políticas na Universidade do Cairo e membro do Movimento Democrático para a Libertação Nacional (fortemente influenciado pelos comunistas), ajudou a organizar o Comitê das Mulheres de Resistência Popular, no Cairo, e faz o seguinte relato:



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

Um grande número de mulheres intelectuais, estudantes e donas de casa nos apoiou. Nós organizamos os comitês de resistência das mulheres por toda a capital. Éramos treinada em estilo militar; como desarmar uma bomba, como usar um rifle e assim por diante. Naquele momento, o governo estava atuando em aliança com os comunistas. Havia uma área perto do canal onde os comunistas recebiam treinamento. (Alexander, 2006)

Vários outros relatos mostram como o povo egípcio inteiro colocou todas as suas energias criativas na resistência ao imperialismo. Fathallah Mahrus, um jovem operário de fábrica e ativista sindical conta como ele e seus camaradas organizaram a treinamento militar para os trabalhadores da área industrial de Ramla, perto de Alexandria, e como foi a batalha de Port Said, praticamente sem a participação das tropas regulares:

Não havia exército para lutar em Port Said, apenas alguns indivíduos e poucos soldados agrupados em pequenas unidades. Assim, a resistência contra a invasão foi assumida pelo povo de Port Said – incluindo mulheres e crianças – armado com panelas e facas de cozinha, porretes de madeira e qualquer coisa que pudessem encontrar. (...) Não o fazíamos por Nasser, mas nossa pátria. Os imperialistas queriam reocupar o nosso país, e a invasão tinha por objetivo impedir a nacionalização do Companhia do Canal do Suez, que era imperialista. Nós relevamos o que Nasser havia feito contra nós, esquecemos nossas diferenças com ele, e as prisões e os campos e a tortura, pois havia um inimigo comum: o imperialismo, que queria ocupar o Egito. Todos os comunistas diziam o mesmo.¹⁶

A força da resistência popular surpreendeu as tropas imperialistas. O total fiasco provocou a ira do presidente estadunidense Dwight Eisenhower, que não foi consultado previamente sobre a aventura, e abriu espaço para ameaças de uso de força por Moscou. No quadro da Guerra Fria, o governo britânico não teve alternativa: decretou o cessar-fogo em 6 de novembro. Definitivamente, não havia mais lugar para o imperialismo no Egito.

A vitória egípcia foi celebrada como uma vitória árabe. Todos os povos do Oriente Médio sentiram que sua dignidade fora resgatada. Não é necessário mais do que uma rápida pesquisa pelos jornais da época para comprová-lo. Não só não houve qualquer contradição entre o sentimento nacional egípcio e o dos demais povos, como, ao contrário, Nasser apenas se tornou herói de seu povo quando ele se alçou à categoria de herói de todos os árabes. Tampouco houve choques entre grupos religiosos e não religiosos. Houve cooperação, como indicam todos os

¹⁶ Cf. a citação em Alexander, 2006.



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

depoimentos de época. E isso não aconteceu simplesmente por efeito dos discursos de Nasser, nem de suas promessas, nem por uma identidade abstrata concedida pela religião ou pelo idioma: aconteceu porque - para, de novo, recorrer a Eric Hobsbawm - a luta travada pelo povo egípcio foi a luta da nação oprimida contra os opressores. Nasser foi vitorioso apesar de Nasser. O governo abriu a possibilidade de vitória ao perder o controle do movimento de massas, que tomaram as ruas para travar a sua luta, “com panelas de cozinha e tudo que encontrassem” (Alexander, 2006).

Nasser, é evidente, emergiu da crise mais forte do que nunca, mas jamais entendeu ou aceitou a lição do episódio: não havia como resistir ao imperialismo com base no modelo autoritário do Estado todo-poderoso que tem como braço um único partido liderado pelo “grande chefe”. Não é a idealização nacionalista que produz e mantém a coesão nacional, mas sim o sentimento de luta contra a opressão. A euforia provocada pela vitória obscureceu o fato de que, não fosse a pronta resposta popular, o edifício institucional nasserista ruiaria como um castelo de cartas, sob o impacto do ataque militar imperialista. Nos anos seguintes, Nasser manteve o seu estilo personalista, carismático e autoritário, que incluiu planos de erguer um Estado pan-arabista a partir “do alto”, mediante acordos de cúpula, como aquele que constituiu a RAU, com a Síria, e que não resisituiu mais do que três anos. Exatamente por ter construído o seu governo sobre as fracas bases de seu próprio carisma, e por ter tratado a nação como base de manobra, em proveito próprio, bastou a derrota militar de 1967 para fazer naufragar o seu projeto. Derrotado militarmente, o rei se mostrou nu.

O “caso egípcio”, bem longe de ser único, provou-se exemplar. Em todos os outros países árabes onde houve confrontos entre as forças populares e representantes do imperialismo (por exemplo, no vizinho Iraque), as elites locais sempre agiram de acordo com os seus interesses próprios, apenas apelando “à nação árabe” quando isso foi necessário para derrotar seus inimigos, mas procurando manter o movimento de massas sob controle, ainda que isso significasse, eventualmente, recorrer à mais brutal repressão. Jamais faltou, por parte dos povos árabes, a disposição de lutar, combater e derrotar o inimigo, como hoje, aliás, ensinam de forma magnífica e trágica os filhos do Iraque e da Palestina. Como contrapartida, os governos árabes nunca foram até as últimas conseqüências na via da ruptura com o imperialismo, preferindo, quando possível e conveniente, concluir acordos espúrios (como, por exemplo, fez o regime de Saddam Hussein nos anos 80, quando, armado pelos Estados Unidos, se dispôs a conter com o



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

sangue de mais de um milhão de mortos as energias liberadas pela revolução islâmica no vizinho Irã).

A senha de “destruir Israel”, nesse contexto, sempre jogou um papel muito útil para a preservação dos regimes árabes autoritários: conquistar uma eventual unidade nacional às custas do “inimigo externo”, real ou imaginário, constituiu um jogo quase tão velho quanto a própria humanidade. Com o tempo, graças à iniquidade dos governantes árabes, o discurso nacionalista foi reduzido, praticamente, à negação do direito de Israel à existência. Não se trata, aqui, de colocar a questão em debate, mas de constatar, apenas, que se trata de um discurso vazio, repleto de slogans e fórmulas prontas, que não traduzem nada de positivo para os povos árabes. Basta pensar nos sucessivos massacres a que foram submetidos os palestinos pelos mesmos governos que, em seu nome, juraram atirar Israel ao mar.¹⁷

Apesar de tudo, persiste um sentimento de “ser árabe” que, em termos gerais, descreve os mais de 200 milhões de seres humanos que habitam uma vasta área “do Golfo ao Atlântico”, e que não se confunde com o nacionalismo historicamente brandido pelos governantes. É um sentimento construído por milênios de convívio com uma cultura mais ou menos comum e que não pode ser contida ou traduzida nos estreitos limites dos Estados nacionais impostos pelos colonizadores. É bastante ilustrativa, a esse respeito, a observação feita pelo orientalista Martin Kramer:

Um sentido de ser árabe ainda existe. Ele existe desde que os árabes entraram para o estágio da história, e tem sido objeto de negociação por gerações, durante um milênio e meio. Na atual geração, esse sentido de ser árabe deve admitir o crescimento de lealdade do povo a Estados árabes separados, um Islã florescente, o triunfo global da democracia liberal, a supremacia do mercado capitalista e a perspectiva de paz com Israel.¹⁸

¹⁷ A recíproca também é verdadeira. Todos os governos israelenses, sem exceção, sustentaram o discurso da guerra, e o mito do pobre Estado cercado de inimigos por todos os lados. Em nome do “direito à defesa”, mantiveram a ocupação ilegal de territórios, ignoraram todas as resoluções da ONU sobre o tema e, deliberadamente, mantêm uma retórica belicista.

¹⁸ Kramer, 1993. Pesquisador das universidades de Tel Aviv e Harvard, também conhecido, entre outras coisas, pela defesa que fez do ataque ao Iraque pelos Estados Unidos, em 2003, e várias vezes acusado de perseguir colegas acadêmicos de cujas idéias diverge, Martin Kramer desenvolve todo um trabalho para demonstrar que a história do nacionalismo árabe é a história de um imenso equívoco, graças ao qual, segundo ele, “milhões de seres humanos imaginaram a si próprios como árabes e depois, como num caso de falsa identidade, proclamaram ser outra coisa o tempo todo”.



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

Traduzindo-se: admite-se, até, a existência de um ser árabe (sentimento descrito por Kramer como “arabness”, em inglês), desde que esse sentimento seja condicionado, moldado, comprimido, estruturado e codificado pelas normas determinadas não apenas pelo colonizador, mas pelo colonizador em sua fase neoliberal (“democracia liberal”, “supremacia do mercado” etc.). Isto é, admite-se a existência da “arabness”... desde que ela não tenha o direito de existir! Mais uma vez, a “universalidade européia”, tal como descrita por Immanuel Wallerstein, atribui-se o direito de ensinar aos povos não europeus como devem se comportar. Pena que essa tal “arabness” não se deixa domesticar facilmente, ainda que seus supostos representantes, de Ibn Saud a Saddam Hussein, prestem-se a jogar um papel humilhante diante dos alto comissários dos impérios. Pena que, através dos séculos, ela teima em se expressar, como tão bem traduz o poeta palestino Mahmud Darwich, em seu “Cartão de Identidade”:

Escreve! / Sou árabe. (...)

As minhas raízes foram criadas antes do início dos tempos
antes do nascimento das eras,
antes dos pinheiros e das oliveiras,
antes que tivesse nascido a erva. (...)

Escreve!

Sou árabe.

Roubaste os pomares dos meus antepassados
e a terra que eu cultivava com os meus filhos;
não me deixaste nada, apenas estas rochas;
O governo vai tirar-me as rochas, como me disseram?

Escreve, então, no alto da primeira página:

a ninguém odeio, a ninguém roubo.

Mas, se tiver fome,

devorarei a carne do usurpador.

Tome cuidado!

Cuidado com a minha fome,

Cuidado com a minha ira!

Bibliografia

Aflak, Michel, 1943. “In the memory oh the Arab Profet”, abril, em *Choise of texts*: Michel Aflak -1910-1989 (Founder of the Ba‘th Party), encontrado em albaath.online.fr/English/Aflaq-04-on%20heritage.htm (04-04-2008).



“PANORAMA DA CULTURA ÁRABE II”

- Alexander, Anne, 2006. “Suez and the high tide of Arab nationalism”, em *International socialism: A quarterly journal of socialist theory*, 112, 11-outubro, encontrado em www.isj.org.uk/index.php4?id=249&issue=112 (04-04-2008).
- Armstrong, Karen, 2001. *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Bashiri, Iraj, 2000. “Jamal al-Din al-Afghani”, encontrado em www.angelfire.com/rnb/bashiri/Afghani/Afghani.html (04-04-2008).
- Burke, Peter; Briggs. Asa, 2000. *Uma história social da mídia*. De Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Calder, Chris, 2004. “Gertrude Bell and the birth of Iraq”, em *Anderson Valley Advertiser: America’s last newspaper*, 26-maio, encontrado em www.theava.com/04/0526-gertrude-bell.html (04-04-2008).
- Dawisha, Adeed, 2003. “Requiem for Arab nationalism”, em *Middle East Quarterly*, Winter, vol. X, n. 1, encontrado em www.meforum.org/article/518 (04-04-2008).
- Emerson, Rupert, 1960. *From Empire to Nation: The rise to self-assertion of Asian and African peoples*. Harvard University Press, Cambridge.
- Halbrook, Stephen P., 1982. “Left Hegelianism, Arab Nationalism and Labor Zionism”, *Journal of libertarian studies*, vol. VI, n 2. Encontrado em www.mises.org/journals/jls/6_2/6_2_5.pdf (04-04-2008).
- Hegel, Georg, 1995. *A razão na História: Introdução à Filosofia da História Universal*, Edições 70.
- Herf, Jeffrey, 1993. *O modernismo reacionário (tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no 3º Reich)*, Ensaios, São Paulo.
- Hobsbawm, Eric, 1991. *Nações e nacionalismo desde 1780*, ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- Kramer, Martin, 1993. “Arab Nationalism: Mistaken Identity”, em *Martin Kramer on the Middle East*. Deadalus, verão, encontrado em: www.geocities.com/martinkramerorg/ArabNationalism.htm (04-04-2008).
- Wallerstein, Immanuel, 2007. *O universalismo europeu – a retórica do poder*. Ed. Boitempo, São Paulo.